



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARINHA GRANDE

Ata da Reunião



Data: 21-05-2021

ATA Nº 21
Ordinária

2017 / 2021

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MARINHA GRANDE

Ata número vinte e um

Aos vinte e um dias do mês de Maio de dois mil e vinte e um pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande nas instalações da Junta de Freguesia da Marinha Grande, sitas na rua Marquês de Pombal nº.92-A, Marinha Grande, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 – Período de Intervenção do Público**
- 2 – Período Antes da Ordem do Dia**
- 3 – Período da Ordem do Dia**
 - 3.1 – Apreciação e votação da ata nº. 20**
 - 3.2 – Apreciação e votação da Prestação de Contas referente a 2020**
 - 3.3 – Apreciação do Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais**
 - 3.4 – Apreciação do Relatório de Atividades do ano 2020**
 - 3.5 – Informação da Situação Financeira**

O Presidente da Assembleia Esmeraldo Pedreiro (MPM) deu início aos trabalhos começando por cumprimentar todos os presentes.-----

De imediato informou a Assembleia das ausências verificadas.-----

Na bancada do (PS) ausente com falta justificada o deputado Amândio Fernandes e com falta injustificada a deputada Liliana Prior. Igualmente com falta injustificada a deputada Anabela Feliciano (MPT). Assim esta sessão contou com a presença de dezasseis deputados.-----

Informou ainda a Assembleia que tinha na sua posse um documento remetido pelos serviços administrativos centrais do Bloco de Esquerda a confirmar o cancelamento da adesão àquele partido do deputado Sesinando Araújo, pelo que a partir da presente data o mesmo participa nas sessões como deputado independente.-----

1 – Período de Intervenção do Público

Não se registaram intervenções por parte do público presente.-----

2 – Período Antes da Ordem do Dia

O Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia que lhe tinham sido dirigidos dois requerimentos por parte da bancada do Partido Socialista (anexos um e dois a esta ata) que passou a ler, remetendo de imediato os mesmos à Presidente da Junta de Freguesia para resposta.-----

A Presidente da Junta na posse da palavra, informou a Assembleia de que os requerimentos apresentados irão ter uma resposta formal quando for possível, no entanto existem algumas questões que foram colocadas que merecem desde já ser comentadas. Assim, de acordo com a lei, a contabilidade da Junta de Freguesia não tem centros de custos ao contrário do que é exigido legalmente à Câmara Municipal por isso não é possível imputar às rubricas referidas o custo dos trabalhos realizados pelos trabalhadores da Junta. Quando é referido que são atribuídos apoios financeiros a entidades privadas com fins lucrativos, tratou-se de um lapso de classificação contabilística, que a Presidente vai resolver junto da empresa de contabilidade.-----

O deputado Carlos Vicente (CDU) usou da palavra para prestar uma saudação à luta dos trabalhadores através da leitura dos documentos (anexos três, quatro e cinco a esta ata).-----

O deputado independente Sesinando Araújo apresentou um voto de louvor a Maria Odete Ortigoso Marques conforme (anexo seis a esta ata). Colocado à votação foi aprovado por unanimidade.-----

Marco Sousa (PS) questionou o executivo qual o ponto de situação do lançamento do concurso para as obras de requalificação do edifício sede da Junta de Freguesia, se necessitava de algum apoio técnico dos serviços da Câmara Municipal para esse efeito e ainda da instalação do Espaço do Cidadão.-----

A Presidente da Junta delegou na secretária, Diana Gregório (CDU) a resposta às questões colocadas. Começou por agradecer a disponibilidade demonstrada mas até ao momento não era necessário, o apoio que tem sido prestado pela Plataforma VORTAL tem sido suficiente e o processo encontra-se em curso. Quanto ao Espaço do Cidadão já se encontra formalizado o pedido à AMA, aguarda-se a libertação do espaço onde nos encontramos, que neste momento está ocupado com toda a logística do processo CENSOS 2021, logo que se encontre disponível será realizada uma vistoria por parte da AMA com vista a avançar para a fase de instalação.-----

Carlos Martins (MPM) centrou a sua intervenção no segundo requerimento apresentado ao Presidente da Mesa pela bancada do Partido Socialista, no qual é referido que o MPM é displicente com a ausência de regras e critérios para a atribuição de apoios às coletividades e associações da freguesia. Nesse sentido afirmou que se existiu alguma força política, das presentes nesta Assembleia, que ao longo do presente mandato alertou para a falta de regulamentos que sustentem os critérios de atribuição dos mais variados tipos de apoio ao associativismo, essa força foi o MPM. Disse ainda que o MPM não se encontra representado no executivo da Junta de Freguesia e por esse facto limita-se a analisar os documentos que são presentes a todos os deputados neste órgão.-----

3 – Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação e votação da ata nº. 20

Não existindo intervenções, foi colocada à votação sendo aprovada por maioria com uma abstenção do MPM por ausência da sessão.-----

3.2 – Apreciação e votação da Prestação de Contas referente a 2020

A tesoureira da Junta de Freguesia, Ana Fortunato (CDU), fez uma breve introdução do mapa de prestação de contas que foi presente aos deputados, de acordo com o novo sistema contabilístico SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas onde é evidenciado o grau de execução orçamental que se traduziu em 99,90% na receita e 65,91% na despesa.-----

Não existindo intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação a prestação de contas da Junta de Freguesia referentes ao ano dois mil e vinte sendo aprovadas por maioria com três abstenções da bancada do Partido Socialista. Procedeu à leitura da minuta de deliberação que colocada à votação foi aprovada por unanimidade.-----

3.3 – Apreciação do Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais

Coube à tesoureira da Junta de Freguesia a introdução deste ponto da ordem do dia, informando os presentes de algumas alterações ocorridas de acordo com o novo sistema contabilístico. -----

Não existindo intervenções por parte da Assembleia o Presidente da mesa colocou à votação o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da Junta de Freguesia, sendo este aprovado por unanimidade. Lida a minuta de deliberação a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

3.4 – Apreciação do Relatório de Atividades do ano 2020

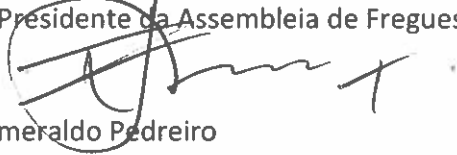
Na sequência dum chamada de atenção por parte do Presidente da Mesa relacionada com divergências verificadas no relatório de atividades em apreciação, nomeadamente na tabela das despesas realizadas com a atividade da Junta e na tabela dos trabalhos realizados na rede viária, a secretária do executivo Diana Gregório (CDU), esclareceu a Assembleia que se tratou de lapsos aquando da formatação das respetivas tabelas, não tendo qualquer reflexo nos totais apresentados, já tinha procedido à sua correção entregando de imediato a todos os deputados as respetivas páginas devidamente corrigidas.-----

Não tendo sido colocadas questões, o Presidente da Mesa concluiu que a Assembleia tomou conhecimento do relatório de atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia no ano de dois mil e vinte.-----

3.5 – Informação da Situação Financeira

Foi distribuído pelos deputados um resumo dos fluxos de caixa à data que apresentava um saldo disponível de seiscentos e trinta e sete mil quatrocentos e oitenta e um euros e quatro cêntimos. Na ausência de intervenções o Presidente da Mesa concluiu que a Assembleia tomou conhecimento da situação financeira da Junta de Freguesia.---
Concluída a ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e seis minutos.

O Presidente da Assembleia de Freguesia



Esmeraldo Pedreiro

A Primeira Secretária



Célia Morgado

A Segunda Secretária



Alda Fernandes

Bloco de Esquerda - Confirmação de cancelamento de adesão

1 mensagem

Bloco de Esquerda <gestaoaderentes@bloco.org>
Para: sesinandoaraujobe@gmail.com

3 de maio de 2021 às 14:40

Camarada,

Lamentamos que tenhas optado por deixar de ser aderente do Bloco de Esquerda.

Confirmamos o cancelamento da tua adesão.

Saudações bloquistas

Armand Munoz



PS



à cta n.º 21
ANEXO 1

Requerimento

Exmo. Senhor
Esmeraldo Pedreiro
Presidente da Assembleia de Freguesia da
Marinha Grande

Assunto: Delegação de competências (despesas suportadas pela Junta de Freguesia)

O Partido Socialista vem pelo presente requerimento solicitar a vossa excelência que solicite a entrega da cópia dos relatórios trimestrais remetidos à Câmara Municipal do ano de 2020 referentes ao Contrato Interadministrativo.

Além disso, pedimos ainda que seja informada esta Assembleia quanto a:

- 1 - Valor total da despesa suportada pela Junta de Freguesia na **higiene urbana em 2020**, considerando o valor do financiamento atribuído pela Câmara Municipal?
 - 1.1 - O valor atribuído pela Câmara foi ou não suficiente?
 - 1.2 - Se não foi, qual o valor de défice apurado que teve de ser suportado pelo Orçamento da Junta?

- 2 - O valor total da despesa suportada pela Junta de Freguesia com **reparações nos estabelecimentos escolares em 2020**, considerando o valor do financiamento atribuído pela Câmara Municipal?
 - 2.1 Somando as despesas apresentadas no Relatório de Contas, apuramos que gastou pouco mais de metade da verba atribuída pela Câmara Municipal. Em que rubricas do orçamento da Freguesia foi investido o valor remanescente?

- 3 - Após analisarmos o relatório de contas do ano 2020 gostaríamos de saber quanto foi executado em cada uma das rubricas do Contrato Interadministrativo que vigorou até 31.12.2020?

Marinha Grande, 21 de maio de 2021

Por parte dos eleitos do PS
Marco Sousa



PS



à cta ANEXO 2
n.º 21

Requerimento

**Exmo. Senhor
Esmeraldo Pedreiro
Presidente da Assembleia de Freguesia da
Marinha Grande**

Assunto: Atribuição de apoios financeiros às entidades Associativas sem fins lucrativos, e a entidades privadas com fins lucrativos.

A CDU e o MPM que fazem a maioria nesta Assembleia de Freguesia têm defendido na Câmara Municipal, nos últimos anos, a necessidade de haver o enquadramento legal para a atribuição deste tipo de apoios.

No decorrer da análise dos documentos de prestação de contas, na rubrica 040802 – outras, com a finalidade “Apoio a atividades” e “Apoio a coletividades e Associações”, estão mencionados apoios a entidades privadas com fins lucrativos (empresas), (página 36).

Temos alguma dificuldade em perceber os critérios da parte do executivo da junta de freguesia na avaliação desta prática de atribuição de apoios feita «à vista», sem quaisquer regras ou critérios, com a aparente displicência da CDU e MPM.

Neste sentido, vem o Partido Socialista, ao abrigo da alínea j) do Artigo 20º, do Regimento da Assembleia de Freguesia da Marinha Grande e do Artigo 10.º, n.º1, alínea d) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, requerer a Vossa Excelência que solicite formalmente, junto da Junta de Freguesia da Marinha Grande, a obtenção de resposta às seguintes questões:

1. Qual o enquadramento legal para a atribuição de apoios financeiros às Entidades Associativas sem fins lucrativos?
2. Qual o enquadramento legal para a atribuição de apoios financeiros as Entidades privadas com fins lucrativos, nomeadamente, Empresas?
3. A Junta de Freguesia promoveu a aprovação de um Regulamento específico para esse fim nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Lei das Finanças Locais?

Se não houver um esclarecimento desta questão, o Partido Socialista reserva-se ao direito de apresentar um pedido de auditoria às Entidades Fiscalizadoras competentes, nomeadamente, o Tribunal de Contas e a IGF.

Marinha Grande, 21 de maio de 2021

Por parte dos eleitos do PS

Marco Sousa

SAUDAÇÃO À LUTA DOS TRABALHADORES

Lutar pelos direitos/Combater a Exploração!

(1)
ANEXO 3
à ata N.º 21



A luta e a resistência dos trabalhadores têm marcado estes tempos difíceis em que o aproveitamento da situação pandémica agrava as dificuldades em que se encontram os trabalhadores, as famílias e o país. O surto epidémico revelou as fragilidades já existentes, provocadas e agravadas por décadas de política de direita, de submissão às imposições da União Europeia e de serviço ao grande capital.

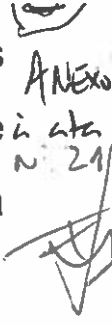
Os trabalhadores trazem a luta para a rua, dando resposta aos ataques, com confiança, força e a certeza de que, com a luta organizada e conseqüente, é possível construir um outro rumo. Um rumo onde a valorização do trabalho e dos trabalhadores seja um eixo central e fundamental, para a melhoria das condições de vida e de trabalho, para o necessário desenvolvimento económico.

Ao contrário do que a campanha ideológica em curso nos quer fazer crer, os trabalhadores nos locais de trabalho reivindicam, o aumento do salário e a conquista de direitos.

Por exemplo no nosso Concelho nos últimos meses perante a chantagem e a intransigência da Direcção do Grupo Vidrala, que recusou ir ao encontro das reivindicações, foi notável a determinação dos trabalhadores da Gallo vidro, que obrigou a empresa a negociar.

Também referenciar a fortíssima luta dos trabalhadores da Santos Barosa do mesmo grupo, com as greves que realizam em Março e Abril, com muita coragem e determinação, convictos que têm a razão do seu lado e continuam a luta até atingir resultados.

ANEXO
à ata
n.º 21



Salientar ainda a coesão demonstrada pelos trabalhadores da Vidrala Logistics nos dois dias de greve que levaram à prática em Abril, enfrentando o patronato, o vento e a chuva se mantiveram ao portão da empresa, lutando pelo aumento do salário. Valorizar também a solidariedade demonstrada por trabalhadores de outras empresas e pela população da Marinha Grande, que se fez sentir através da sua presença constante, com os trabalhadores em luta, nas referidas empresas.


O aumento geral dos salários e das pensões, a segurança no emprego, a dinamização da contratação colectiva, o incremento da produção nacional e a aposta no papel do Estado para o desenvolvimento de Portugal, são reivindicações justas que não só mantêm, como ganham ainda mais actualidade e premência.

Vamos levar mais longe a luta pelos direitos, para garantir a afirmação dos valores de Abril, rejeitando as injustiças e desigualdades, por um Portugal desenvolvido e com futuro.

Em todas as lutas, sejam sectoriais ou convergentes, os trabalhadores, identificando a política que está na origem dos problemas e desequilíbrios que há muito afectam o

desenvolvimento do país, afirmaram e afirmam que não há inevitabilidades e assumem o compromisso de continuar a lutar em torno das suas reivindicações.

ANEXO E
à GR N.º 21



Quando se celebraram 47 anos da Revolução de Abril, a conquista da liberdade, da democracia e dos direitos sociais e civilizacionais, é necessário:

O aumento geral dos salários,

A valorização das carreiras e profissões,

O aumento real das pensões,

O fim da precariedade,

As 35 horas,

O fim desregulação dos horários de trabalho,

A reposição de direitos,

A revogação das normas gravosas da legislação laboral,

A revogação da norma da caducidade da contratação colectiva,

A reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador,

O reforço dos serviços públicos e das funções sociais do Estado,

A garantia de condições de trabalho, de saúde e segurança nos locais de trabalho,

Tudo isto ficou claro na grandiosa Manifestação do 1º de Maio realizada em Leiria, dos maiores dos últimos anos, pela defesa dos direitos dos trabalhadores, das novas gerações, do futuro do Portugal de Abril.

ANEXO 6
à ata n.º 21



VOTO DE LOUVOR

No centro histórico da Marinha Grande, numa casa de traça típica da região, está situada a livraria Livros & Companhia, onde se pode encontrar as últimas novidades editoriais de autores nacionais e internacionais, bem como livros técnicos e escolares, ou sobre outros temas de interesse, como gastronomia, jardinagem, psicologia, fotografia ou guias de viagem, livros infantis e de edições sobre temas locais ou de autores da região.

A sua atual proprietária iniciou a atividade profissional na antiga Papelaria e Livraria Académica, mais tarde na secção técnica da Papelaria Pedroso e Gonçalves, colaborou na abertura da Livraria Diálogo, onde esteve 38 anos e na Letras & Livros, onde esteve três anos. Foi convidada para colaborar na abertura da livraria Livros & Companhia, onde trabalhou dois anos e continua, como proprietária, faz cinco anos.

Numa altura em que a crise do mercado livreiro e a atual situação pandémica ameaçam a sobrevivência das livrarias de proximidade, em todo o país, é de realçar a importância da livraria Livros & Companhia, a única da nossa cidade e a dedicação à profissão e resiliência da sua proprietária, não baixando os braços perante aquelas adversidades.

Pelo exposto, entende a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, reunida em sessão ordinária realizada a 21 de maio de 2021, ser de maior justiça e merecimento a atribuição de um VOTO DE LOUVOR a Maria Odete Ortigoso Marques, homenageando também todas aquelas que incentivam à cultura e particularmente à divulgação dos livros e cujo empenho e esforço devem ser reconhecidos por esta Assembleia.



Sésinando Araújo,

Membro Independente da Assembleia de Freguesia
